

FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS

ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

HENRIQUE AVELINO LANA



Copyright © 2017, D'Plácido Editora.
Copyright © 2017, Henrique Avelino Lana.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa, projeto gráfico
Letícia Robini

Diagramação
Christiane Moraes de Oliveira

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização prévia
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

LANA, Henrique Avelino.

Falência e recuperação de empresas: análise econômica do Direito -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-8425-720-1

1. Direito 2. Direito Empresarial. I. Título. II. Autor

CDU340

CDD342.1

GRUPO
D'PLÁCIDO
1111 440



*
Rodapé



SUMÁRIO

Prefácio	21
Apresentação	23
1. Introdução	25
2. O atual cenário e a necessidade de mudança	29
2.1. Função social e a preservação da empresa	30
2.2. A necessidade de aperfeiçoamento	41
2.3. Informações empíricas sobre o atual cenário da Recuperação Judicial	53
3. A pertinência da análise econômica do direito junto ao tema	63
3.1. A tendência internacional pela unificação de procedimentos e a busca pela eficiência	84
4. Por uma maior eficiência na legislação recuperacional brasileira	93
4.1. A Lei brasileira e as legislações modernas da Alemanha, Argentina, Estados Unidos, Espanha, França e Portugal	98

4.1.1. A necessidade de redução das informações incompletas ou assimétricas	102
4.1.2. A importância dos mecanismos de coordenação de divergências junto aos credores.....	114
4.1.2.1. O automatic stay, a Lei 11.101/05 e sua problemática.....	117
4.1.2.2. O embaraço da desnecessidade de fundamentação econômica para que o plano seja aprovado.....	139
4.1.2.3. Criação, especificação, jurisdição e categorização dos credores.....	147
4.1.2.3.1. O problema da especificação da sujeição ao plano por vontade do devedor.....	147
4.1.2.3.2. A turbulenta especificação da submissão ao plano conforme previsto em lei	156
4.1.2.4. A categorização dos credores	209
4.1.3. A distribuição dos credores trabalhistas.....	214
4.1.3.1. Submissão à recuperação judicial.....	215
4.1.3.2. Inserção no stay de 180 dias	217
4.1.3.3. Sujeição à verificação de créditos	225
4.1.3.4. Anterioridade no recebimento	231
4.1.4. Preservação do valor do ativo.....	232
4.1.4.1. Repercussão da recuperação sobre relações jurídicas do devedor.....	232
4.1.4.2. Custos indiretos e diretos da recuperação	239
4.1.5. Incentivo positivo a novos financiamentos junto aos fornecedores e parceiros.....	243

5. Em prol do aperfeiçoamento da lei brasileira 249

5.1. Unificação, em contraposição a dicotomia de procedimentos.....	249
---	-----

5.2. Predominância internacional da unidade de procedimentos.	251
5.3. Eficiência baseada nos procedimentos unificados	254
5.4. Minoração dos custos pela imposição de sanção ao devedor que seja omissor	262
5.5. Incentivar positivamente a iniciativa de sanear os credores, o Estado e empregados	265
5.6. Essencial profissionalização do administrador judicial	273
<hr/>	
6. Conclusão	281
<hr/>	
Referências	291
<hr/>	
Posfácio	325
<hr/>	